

198

**CÓDIGO PENAL ART. 3º E SUA INCOMPATIBILIDADE PERANTE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 88.** *Karla Graziella Garcia, Rochelle Kacperski, Norberto Flach (orient.) (UniRitter).*

O presente projeto tem como objetivo analisar a possível incompatibilidade do artigo 3º do Código Penal frente à Constituição Federal, uma vez que o efeito da ultratividade contido em tal artigo fere o artigo 5º, XL da CF que garante o princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica. A partir dessa problemática, pretendemos analisar as três teorias que embasam a discussão acerca da possível incompatibilidade entre tais artigos. A primeira corrente defende que o artigo 3º do CP é constitucional; a segunda corrente alega que a constitucionalidade do artigo 3º do CP só pode ser considerada perante o caso concreto; e a última afirma que o artigo 3º do CP não foi recepcionado pela constituição. Levando em consideração o posicionamento da última corrente doutrinária citada, é objetivo desta pesquisa demonstrar que existe a alegada incompatibilidade entre os artigos já mencionados. A partir do que foi apresentado neste resumo esperamos ter demonstrado que o presente trabalho visa, mediante a inconsistência argumentativa dos doutrinadores que afirmam a constitucionalidade do artigo 3º do Código Penal, dar uma fundamentação mais contundente para os argumentos que defendem a retroatividade benéfica e a consequente não recepção do referido artigo pela Constituição Federal.